

ECONOMIA

O petróleo era nosso

Se a mudança nos royalties for aprovada, o estado do Rio perderá quase 65 bilhões de reais em nove anos

Desde que a capital do país se mudou para aquele quadrado no meio de Goiás, cariocas e fluminenses têm ignorado a maioria das discussões travadas em Brasília. Equivocada na origem, tal postura acaba não trazendo grandes consequências porque, em vez de debater questões relevantes, deputados e senadores usam boa parte de sua energia para legislar sobre feriados, tramar acordos políticos ou encontrar sinecuras. Desta vez, porém, o assunto merece atenção. Está em curso no Congresso uma lei que altera a distribuição dos royalties do petróleo, o dinheiro destinado a estados e municípios produtores, como forma de compensação pela exploração da atividade.

Dono de quase 80% das reservas nacionais, o Rio de Janeiro será atingido em cheio. Estimativas conservadoras mostram que o estado deixará de arrecadar cerca de 65 bilhões de reais em nove anos, quantia suficiente para bancar todo o projeto olímpico, três linhas de metrô, três portos e dez usinas nucleares. A rigor, mesmo com o aumento da produção, o caixa estadual receberá menos receitas em 2020 do que possui hoje. Tal disparate é possível graças a um texto que desobedece frontalmente à Constituição: a nova regra não mexe apenas nos futuros campos do pré-sal, mas também naqueles poços já licitados. Pesadelo dos grandes, a lei foi aprovada no Senado e será em breve votada na Câmara dos Deputados, onde não

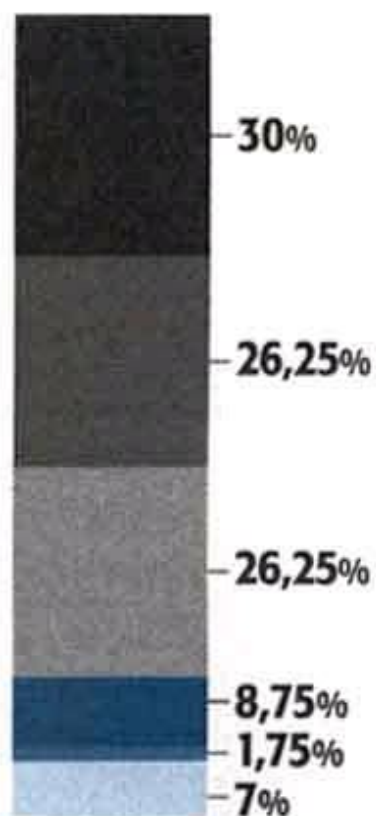
deverá encontrar resistência. Ao Rio, restará apenas apelar ao bom-senso da presidente Dilma Rousseff, que pode vetar a traquinagem dos parlamentares, ou ao Supremo Tribunal Federal. Entenda o tamanho da encrenca e seu impacto nos cofres públicos estaduais.

FELIPE CARNEIRO

O QUE PODE

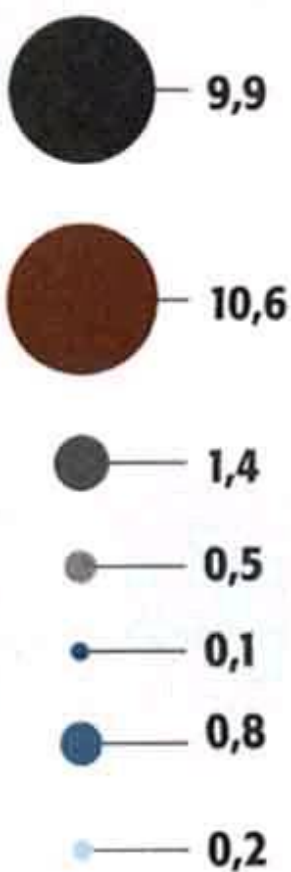
● União ● Rio de Janeiro (2) ● Estados produtores

HOJE



A FATIA DE CADA

HOJE



PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO BRASIL (1)

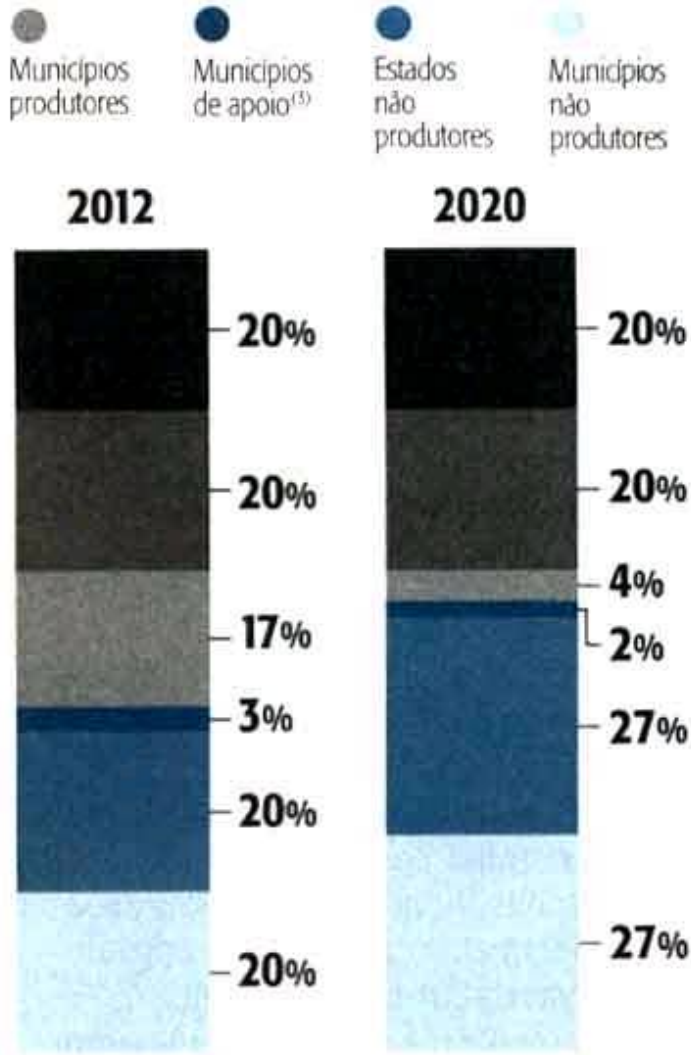


O TAMANHO DO PREJUÍZO (1)

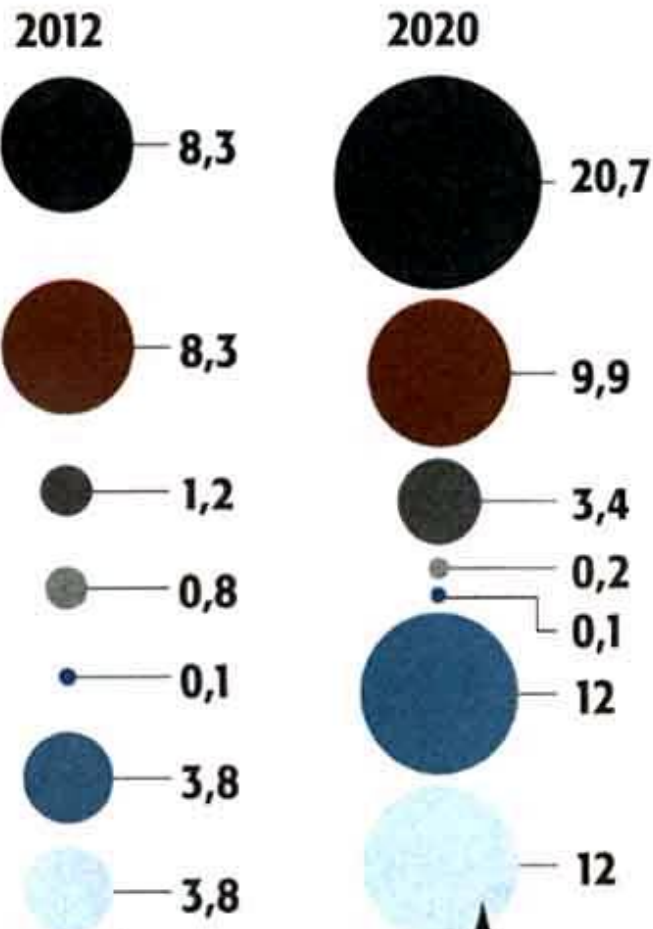


(1) O cálculo é feito com base no dólar a 1,73 real e no barril de petróleo a 80 dólares, (2) Soma do estado e dos municípios fluminenses, (3) Municípios sem produção de petróleo, mas com equipamentos da

MUDAR NA DIVISÃO DO DINHEIRO



UM (em bilhões de reais)



O QUE DIZEM OS INIMIGOS DO RIO

■ O petróleo é da União, portanto seus royalties deveriam ser divididos por todos os estados sem distinção entre produtores e não produtores.

■ O aumento da produção e a variação do preço do barril de petróleo compensariam a perda porcentual dos estados produtores.

■ A exploração é feita em alto-mar, logo o impacto ambiental e populacional causado nos estados e municípios é mínimo.

■ As regras atuais foram estabelecidas em 1953 e atualizadas em 1985, quando a produção petrolífera e seus lucros eram muito inferiores aos atuais.

POR QUE ELES ESTÃO ERRADOS

■ A nova lei modifica os contratos já licitados, o que fere a Constituição e a segurança jurídica e deixa o petróleo com um regime diferente do adotado para os royalties de mineração e eletricidade.

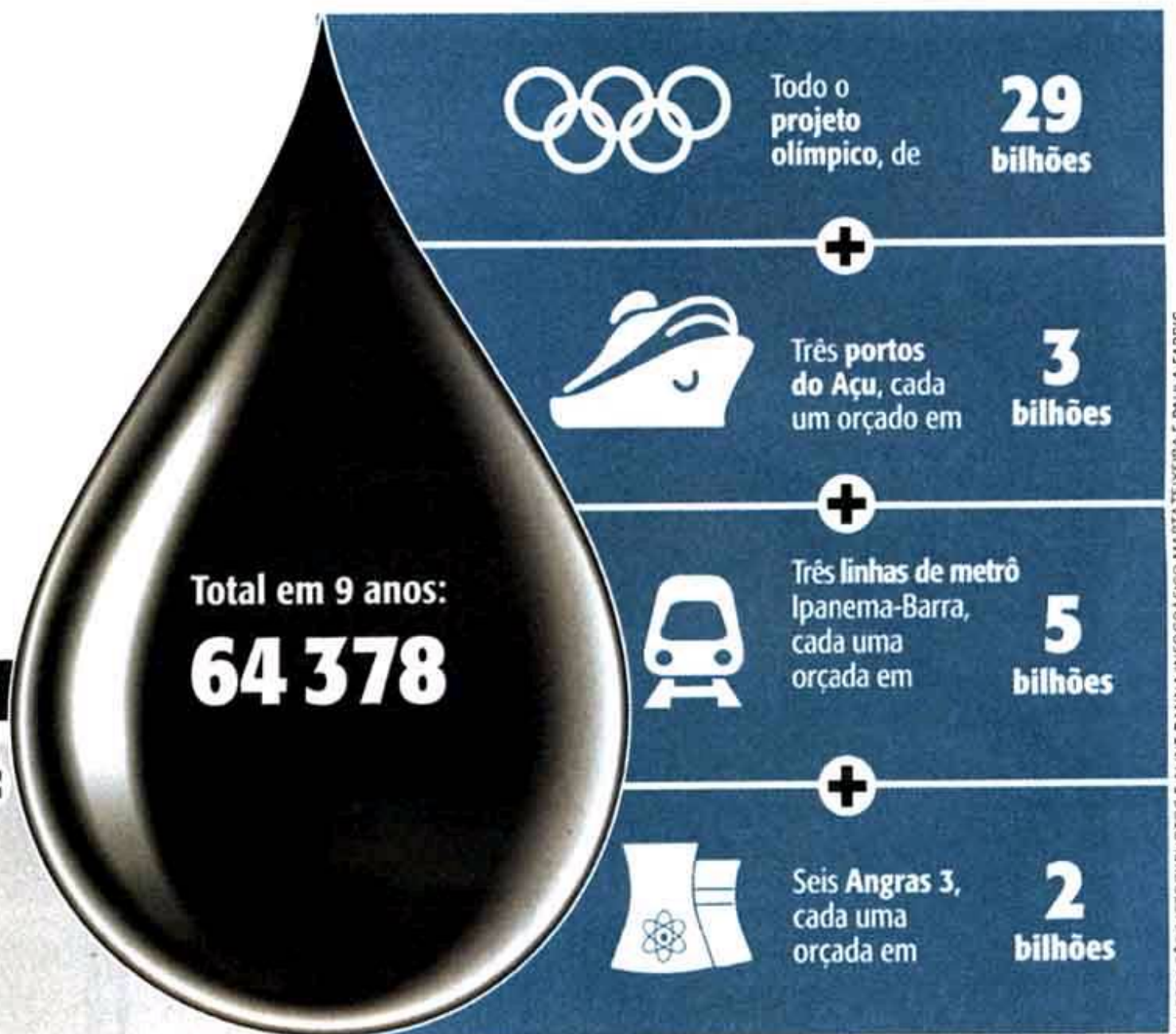
■ Isso não é verdade. Neste ano, o Rio receberá 10,6 bilhões de reais. Com a mudança nas regras, a quantia cai para 8,3 bi em 2012 e, mesmo com o aumento da produção, chega a apenas 9,9 bi em 2020.

■ Duas lorotas. Rio das Ostras, no norte do estado, foi o município brasileiro que mais cresceu nos últimos dez anos. E desastres acontecem. O vazamento de uma plataforma no Golfo do México produziu uma mancha de óleo que atingiu praias a milhares de quilômetros.

■ Não se podem mudar as regras do jogo sem uma análise profunda de suas razões. Os royalties são uma compensação porque o petróleo é o único item que não recolhe imposto (ICMS) no estado produtor.

O QUE DÁ PARA FAZER

Com os 64,3 bilhões de reais que o Rio deixará de ganhar, seria possível pagar...



indústria, como oleodutos

veja Rio 2 de novembro, 2011

ILUSTRAÇÕES: ISTOCKPHOTOS E ALINE BAINA/INFORMÁTICA MARTA TEIXEIRA E PAULA FABRIS